

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA (CI)

29.10.2019

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA (CI)

29.10.2019

O SR. PRESIDENTE - LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Havendo o número regimental, declaro aberta a segunda reunião ordinária da Comissão de Infraestrutura, da primeira sessão legislativa da 19ª Legislatura. Registro as presenças dos nobres deputados: Castelo Branco, Coronel Nishikawa, Dr. Jorge do Carmo, Rafa Zimbaldi, Ricardo Madalena, este deputado que vos fala, e também da Deputada Beth Sahão, que apresentou um requerimento, e foi aprovado por esta Comissão, para que nós pudéssemos ouvir representantes do movimento do atingidos por barragens. Temos aqui em mãos um ofício do nobre deputado Aprigio, justificando a sua ausência.

Quero convidar já, para fazer parte da Mesa, os representantes do Movimento dos Atingidos Barragem: Diego Santiago Ortiz Lopes, e também Ubiratã Dias. Por favor, podem se sentar aqui na minha direita; queria convidar a deputada Beth Sahão também, autora do requerimento, para que possa estar sentada na Mesa diretora. Solicito ao secretário a leitura da Ata da última reunião.

O SR. RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Pois não.

O SR. RICARDO MADALENA - PL - Peço a dispensa da Ata da última reunião.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - É regimental o pedido de V. Exa., os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Fica considerada aprovada a Ata da reunião anterior desta Comissão. Eu queria, sem mais delongas, antes de passar aos convidados, passar à deputada Beth Sahão, para que pudesse, de forma rápida, justificar o motivo desse requerimento que convida o Movimento dos Atingidos por Barragem para estar aqui conosco hoje, trazendo os seus anseios.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Obrigada, Sr. Presidente, deputado Luiz Fernando, e todos os deputados desta importante Comissão de Infraestrutura; agradecer a presença dos representantes do MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. Na verdade, esse requerimento ele é fruto de uma audiência que nós fizemos aqui há algum tempo, em que discutimos a questão das barragens no estado de São Paulo.

E, sinceramente, nem eu sabia que nós temos tantas barragens assim no Estado, é um negócio grande, mas que precisa ter atenção e o cuidado das autoridades; para que a gente possa preservar não só as pessoas que ali habitam nas proximidades, mas todos os municípios que também estão próximos das barragens. A gente precisa saber quais são as reais condições delas, que tipo de trabalho está sendo feito, para poder fazer essa manutenção; quais são as precauções que as autoridades estão tomando nesse sentido.

Para que a gente não tenha, bater aqui na madeira, nenhuma ocorrência, como tivemos aí em Brumadinho; que foi uma verdadeira tragédia sem proporções, uma das maiores da nossa história. Então, eu acho que quando a gente tem políticas capazes de prevenir, Sr. Presidente, não tem nada melhor do que isso; e para a gente compreender esse universo é que eu pedi essa audiência aqui, para vocês que aprovaram; e aqui estamos para ouvi-los, e podermos ver que de que maneira – porque todos nós, a Comissão de Infraestrutura, mas também toda esta Casa legislativa pode contribuir nesse sentido. Muito obrigada para todos, de terem aceito essa sugestão, e estamos aqui para ouvir.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Muito obrigado, deputada Beth Sahão; com a palavra.

O SR. RAFAEL ZIMBALDI - PSB - Pela ordem, presidente, rapidamente parabenizar a nossa deputada Beth Sahão; esse requerimento foi protocolado na Comissão, na CPI, na Comissão Parlamentar de Inquérito da Barragem de Salto Grande. E aí que nós encaminhamos para a Comissão de Infraestrutura, para que pudesse ser feita essa importante audiência aqui. Eu só vou pedir desculpas, que eu terei que me ausentar; nós, semana que vem, Beth, nós vamos votar o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito referente à Barragem de Salto Grande, que fica ali em Americana.

O objeto da Comissão Parlamentar de Inquérito, que foi aprovada, foi somente da Barragem de Salto Grande; por isso nós não discutimos esse assunto lá na CPI, e sim na Comissão de Infraestrutura. Mas colocar como relator da comissão o deputado Luiz Fernando, faz parte também da Comissão da CPI da Barragem de Salto Grande, e colocar

à disposição; depois eu posso colocar à disposição. Assim que nós terminarmos o relatório, nós encaminhamos também para o movimento uma cópia.

Eu, se Deus quiser, pretendo terminar ainda hoje e fazer esse protocolo no mais tardar amanhã cedo, encaminhar para os deputados, e aí colocar à disposição. Está bom, presidente? Obrigado, e parabéns Beth.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Eu agradeço, inclusive, ao deputado Rafa Zimbaldi, por ter dado quórum para que a gente pudesse abrir esta reunião, assim, de forma rápida até para quem nos acompanha. O MAB é o Movimento dos Atingidos por Barragens, é um movimento nacional autônomo de massa, de luta; com direção coletiva em todos os níveis, com rostos regionais, sem distinção de sexo, cor, religião, partido político e grau de instrução. É um movimento popular, reivindicatório e político; a prática do movimento, militante, é orientada pela pedagogia do exemplo; e a luta se alimenta no profundo sentimento de amor ao povo e à vida.

É uma grande preocupação, e eu, dando uma entrevista agora, perguntaram da importância dessa audiência chamada pela deputada Beth, e aprovada por esta Comissão; é hábito, no nosso País pessoas morrerem para, a partir daí, a gente tomar uma providência. Órgãos públicos, pasmem, não têm alvará do Corpo de Bombeiros, as nossas escolas, os nossos teatros, a Assembleia Legislativa; agora nós estamos providenciando, na mesa passada a gente deu entrada, porque ela funcionou durante a vida toda sem alvará do Corpo de Bombeiros.

Olha o absurdo, Coronel Nishikawa; e assim, eu acho, Brumadinho e Mariana precisavam ter acontecido? Quantas vidas foram ceifadas, e pelo lucro, não é? Eu acho extremamente importante, o número de barragens é um número absurdo de grande, é um número muito grande; e a grande preocupação é a seguinte: como é que estão essas barragens? As suas estruturas, nós temos barragem de todo tipo, inclusive nós temos barragem de terra; estão em boas condições? Ou vamos esperar estourar, matar gente, trazer um grande prejuízo; para a gente providenciar?

E o Estado, que devia fazer essa fiscalização, não faz; assim como não faz em outros níveis. Então, assim, mais uma vez os nossos parabéns, e eu acho que a responsabilidade desta Casa é muito grande; porque se alguma coisa acontecer, deputado Jorge, nós temos culpa; porque nós não convocamos o pessoal, não fiscalizamos, não

corremos atrás. Então eu acho que é extremamente positiva essa audiência pública, para que a gente, legítimos representantes do povo, pudesse ouvir uma das partes, não é?

Para dizer o seguinte: eles vivem isso, como é que estão? Qual a impressão que eles têm? Para que alerte esta Casa, para que a gente possa cobrar das autoridades, do Executivo, as devidas providências. Algum deputado gostaria de fazer?

O SR. CORONEL NISHIKAWA - PSL - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Com a palavra, Coronel Nishikawa.

O SR. CORONEL NISHIKAWA - PSL - Como é sabido, eu sou oriundo do Corpo de Bombeiros. Nós tivemos, como foi citado, várias tragédias, várias catástrofes; nós temos Boate Kiss, que até agora ninguém foi punido, assim como Brumadinho. Na verdade, eu pedi a palavra para lembrar que ontem faleceu o cão que mais ajudou a encontrar vítimas lá em Brumadinho, não é? Queira ou não queira, é um herói que a gente faz referências; porque é treinado para isso; e a vida humana não tem valor, só que dos animais, nessas condições também, eu acho que é imprescindível a utilização desses animais de localização de drogas, localização de vítimas dessa natureza. E eu quero deixar as minhas homenagens, eu não lembro o nome do cão agora, mas quero deixar minhas homenagens.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Thor.

O SR. CORONEL NISHIKAWA - PSL - Obrigado. Thor, então, obrigado.

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - Pela ordem.

O SR. CORONEL NISHIKAWA - PSL - Com a palavra, deputado Jorge do Carmo.

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - Sr. Presidente, é para cumprimentá-lo, e na sua pessoa cumprimentar os pares aqui; em especial a nossa deputada Beth Sáhão, que inteligentemente propôs esse requerimento, e saudar aqui os

representantes do movimento MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens; sempre lembrando das tragédias fatídicas que aconteceram no nosso País. E como diz o nosso presidente, no Brasil primeiro você é roubado, e depois você põe a trâmela na porta, não é? Ou seja, primeiro você deixa acontecer os episódios: perda de famílias, perda de pessoas, prejuízo; tudo isso em nome do capital, tudo isso em nome do lucro, tudo isso em nome do negócio.

Mais importante é, para muitos no Brasil, mais importante é o negócio, o lucro e o capital; do que propriamente dita a vida das pessoas. Então eu quero cumprimentá-los, e dizer da importância desse requerimento, de ouvir aqui o Movimento; e dizer que esta Casa não pode se calar ou silenciar, esta Casa deve estar sempre atenta a esses problemas que, infelizmente, acontecem com frequência no nosso País, e aqui no nosso Estado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Muito obrigado, deputado Jorge do Carmo. Algum deputado mais queria fazer algum pronunciamento?

O SR. CASTELLO BRANCO - PSL - Elogiar a deputada, parabenizar, porque as barragens do estado de São Paulo precisam de um diagnóstico situacional; e acima de tudo, que se estabeleçam medidas corretivas e preventivas. E, evidentemente, a Comissão de Infraestrutura não poderia se ausentar dessas posições. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Bom, dando continuidade, nós vamos passar agora a palavra ao Ubiratã Dias, membro do Movimento dos Atingidos por Barragens. O senhor tem dez minutos para estar falando conosco.

O SR. UBIRATÃ DIAS - Bom, primeiro boa tarde, pessoal, cumprimentar os deputados aqui também, agradecer pela oportunidade; em nome da Beth principalmente, agradecer pela acolhida, por estar acolhendo esse tema também; e todos os deputados que estão aqui nesse importante tema. Eu vou usar uma apresentação, então eu vou pedir a licença, se eu puder ficar em pé, ali ao lado: pode ser? Vou ver se, em pé, eu não faço ninguém dormir, e eu também fico mais perto aqui, que os óculos estão faltando hoje.

Mas então, o MAB, como já foi apresentado, é um movimento social popular aqui do Brasil, é o Movimento dos Atingidos por Barragens; e lida, o movimento se fundou, enquanto movimento nacional, na década de 1990. E desde então, vem lidando com essa questão dos direitos dos atingidos; e principalmente daquilo que a gente chama, um modelo energético popular, porque a maioria do público do Movimento é atingida por grandes hidrelétricas, e a gente se propõe a fazer essa discussão: como nós vamos ter um modelo de construção de hidrelétrica, de geração de energia, mas que respeite o povo, respeite o Meio Ambiente, que distribua riqueza; diferente do modelo que nós temos hoje.

Mas aí o nosso debate, hoje, nós queremos falar um pouco sobre a situação das barragens aqui no estado de São Paulo. Foi só em 2010 que o Estado brasileiro começou a, de forma sistemática, organizar os dados sobre as barragens no País. Então, em 2010 que, se a ANA ficou incumbida de, que se criou o sistema nacional de seguranças, de informações sobre segurança em barragens, pela ANA; e ela coleta e reúne as informações sobre empreendimentos no País. A partir desse cadastramento, nós chegamos ao número de total de barragens no País; e aqui, a ANA considera como barragem qualquer barramento que represe a água; seja para piscicultura, seja para lazer, seja para geração de energia, seja para uso industrial, qualquer barramento.

Com essa metodologia, nós chegamos ao número de 7.447 barragens no estado de São Paulo. É o Estado do País que mais possui barragens construídas, cada um desses pontos que vocês estão vendo na apresentação é uma barragem no estado de São Paulo. Isso reflete um pouco também a industrialização do nosso Estado, do adensamento populacional do nosso Estado. Não sei se vocês vão conseguir ver, esses dados nós coletamos do Sistema Nacional de Segurança em Barragem; coletamos eles, já acho que há uns dois meses, e as últimas informações disponíveis são de 2017.

E, em 2017, ele considera os pontos amarelos como pontos de risco, que têm algum médio risco, algum tem algum risco; e os pontos vermelhos com risco maior, que são as barragens já citadas aqui: a barragem de Salto Grande, e Pirapora; a de Americana e a barragem de Pirapora; mas essas são as barragens no Estado. Para a gente ter uma ideia então, essas são as classificações das barragens: abastecimento, aquicultura, dessedentação animal, contenção de rejeitos de mineração; nós temos, então, 79 barragens de contenção de rejeitos de mineração no estado de São Paulo.

Dessas aí, 12 são consideradas de baixo risco, sete de médio, e 61 que ainda faltam algumas informações, isso de mineração; mas também temos hidrelétricas, irrigação e abastecimento de água, que também são importantes para a gente. A maioria das

barragens ali, 2374, é de irrigação. Então, aquilo que eu falei, em 2010 que se instituiu a lei 2.334, que criou o Sistema Nacional de Informações de Segurança em Barragens; e também criou a política nacional de segurança em barragem.

A política tem como objetivos, então, garantir a observância dos padrões de segurança, regulamentar e promover o monitoramento, e acompanhar as ações de segurança empregadas pelos responsáveis por barragens. De maneira a reduzir a possibilidade de acidentes, e suas consequências, em especial junto à população potencialmente afetada.

A política, ela cria, então, critérios para dizer qual barragem, quais barragens, vão se encaixar na política. Barragens que são muito pequenas, que não têm grande volume de água, não precisam se encaixar na política; mas barragens que têm mais de 15, então que ela vai ter ali no seu barramento mais de 15 metros de altura; barragens que vão ter um volume, no seu lago maior do que três milhões de metros cúbicos; barragens que contêm resíduos perigosos; e barragens que têm categoria de dano potencial associado médio, ou alto, se encaixaram, então, dentro da política nacional de segurança de barragens.

O dano potencial, para ser bem rápido, ele diz que se aquela barragem se romper qual é o estrago que ela vai fazer; se ela tiver muito estrago, ela tem que ter um plano de segurança; se ela fizer pouco estrago mediano, também tem que ter; se ela fizer pouco estrago, então ela não precisa ter. Então, se a barragem se enquadra em qualquer um desses itens, não precisa ser nos quatro, se ela se encaixar em qualquer um deles, ela é obrigada a se encaixar na Política Nacional de Segurança em Barragens.

E o que isso obriga para a barragem? Ela, sendo obrigada a se encaixar na política nacional de segurança, ela tem que ter um plano de ação e emergência dentro do empreendimento, que é quem está gerenciando, para quem está cuidando da barragem? Se houver uma situação de emergência, tem que ter um plano; literalmente, um plano impresso, passo a passo a ser seguido em caso de situação de emergência. Isso é só a gente lembrar do que aconteceu em Brumadinho, não é?

Se você é um técnico de uma barragem, e percebe-se algum abalo, alguma coisa, você tem que ter uma série de medidas a serem tomadas. Então, acionar o sistema de emergência para avisar a população, acionar os brigadistas que trabalham ali no empreendimento, comunicar os órgãos de segurança estaduais, comunicar a Prefeitura, começar a evacuar a população da zona atingida. Então tudo isso tem que ser planejado e

preparado anteriormente; e há a obrigação de barragens, que se encaixam em um daqueles critérios, terem isso.

Além disso, também ela tem que ter esse sistema de sinalização para a população: pode ser uma sirene, pode ser uma forma de comunicar a população; a população tem que saber, tem que ter tido informações também. De como agir em casos de emergência, não é? Então quando toca a sirene de emergência, para onde eu corro? Quais são as áreas seguras, como evacuar? Coisas desse tipo. No estado de São Paulo, do total de barragens, nós temos o número de 202 barragens submetidas à Política Nacional de Segurança em Barragens: 202, das sete mil barragens no estado de São Paulo, são obrigadas a submeter à Política.

Então, para a gente ter uma ideia aqui, do porquê das barragens, dessas 202 barragens que têm que se submeter ao plano. Então tem a ver com aquilo, com o DPA, o Dano Potencial Associado alto; então, se ela romper, ela vai causar muito estrago à população; alto, médio ou baixo, aqui essa tabela classifica quais que se encaixam nisso. Então 165 barragens, das 202, elas têm um dano potencial associado alto. Significa que, se ela romper, ela vai atingir a casa de muitas pessoas, ela vai gerar um dano muito alto, 165.

Além disso, nós ainda, no estado de São Paulo, somos o Estado que tem um potencial energético ainda a ser explorado, e a ser expandido. Esse é o mapa, também, de um relatório da Secretaria de Energia do Estado, que é o mapa de potencial de barragens a serem construídas no estado de São Paulo. O que a gente ainda tem de potencial para ser construído em barragem no Estado? São 637 barragens, 637 pontos em que se pode aproveitar o potencial hidrelétrico, aqui no estado de São Paulo.

Então, barragem já é uma realidade do Estado, já é um problema, e vai ser ainda no futuro; porque nós temos aí um potencial grande a ser explorado. Também, além da geração de energia elétrica, tem uma questão que é um problema grave no estado de São Paulo, que é para abastecimento de água; então também temos uma série de barragens previstas, e sendo estudadas, para aumentar a disponibilidade hídrica, principalmente para a metrópole paulista.

E aqui, para vocês terem uma ideia, algumas situações concretas, hoje, da realidade de São Paulo; então essa daqui é uma das barragens, que já aparece no Cadastro Nacional; é uma barragem de mineração no bairro de Perus, na zona norte, aqui na capital paulista. E ela é uma barragem de rejeito de mineração, principalmente argila, brita e areia, para construção civil; então ela não tem rejeitos perigosos, mas ela tem um grande

volume de lama armazenada na sua barragem. Podem ver ali o lago azul, aqui em cima é uma das barragens; são quatro aqui em Perus.

Aqui são mais duas, e tem mais uma aqui; que são, sendo que essa daqui é a maior. Essa barragem em Perus, o Ministério Público já estava cobrando dela, antes de Brumadinho, que ela deveria apresentar o seu plano de emergência. Como ela ainda não tem o plano apresentado, e ela tinha problemas estruturais. Na visita do Ministério Público a campo, por exemplo, os engenheiros da barragem não foram capazes de identificar onde estava o dreno, um dos drenos principais da barragem. É uma coisa básica ali, os engenheiros não conseguiram localizar onde estava a estrutura principal de drenagem do empreendimento.

Então, quer dizer que tem sinais de que tem coisas que precisam ser feitas na manutenção dela, e ela ainda não tem um plano de emergência; e está muito próxima à população. Além de Perus, nós temos casos clássicos, que me identifiquei bastante com a fala de que a Alesp também funciona durante muito tempo sem alvará. Porque barragens que, já nos naturalizamos aqui em São Paulo, como Billings e Guarapiranga, também existem sem plano, sem ter um plano de ação de emergência caso haja problema em uma dessas barragens.

Essa aqui é a barragem do Guarapiranga; como todo mundo pode ver, ela está numa região altamente adensada, de alto adensamento populacional; se tiver uma emergência nessa barragem, um rompimento ou alguma coisa, vai alagar milhares de residências, vai alagar a Marginal Tietê, vai alagar a linha da CPTM, vai alagar o Shopping SP Marketing, hospitais vão ser atingidos; e não existe nenhum tipo de plano de como agir numa situação dessas.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Um minuto Ubiratã, você tem um minuto.

O SR. UBIRATÃ DIAS - Outro caso grave e notório também, é a própria barragem da Billings; ela foi construída, em parte, para ajudar na geração de energia ali para o polo de Santos e Cubatão; se houver algum rompimento, também, numa das porções da Billings, essa água vai descer a serra, vai atingir Santos e Cubatão. E não há plano de emergência para como agir numa situação, caso isso ocorra. Outro problema que está acontecendo, a barragem agora de Pedreira; o Diego vai falar um pouco mais sobre

ela, é uma barragem que está sendo construída no município de Pedreira, para água para abastecimento.

Também muito próximo à cidade, a população muito assustada, e também sem debate de segurança; aqui a questão das obras. Além disso, temos outras questões ambientais, e problemas sociais gerados por essa questão aqui no Estado; que eu vou passar, e vou deixar o Diego concluir aqui. Sobre alguns pontos, que o próprio relatório aponta que nós precisamos melhorar.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Muito obrigado, Ubiratã Dias; e agora nós vamos ouvir o Diego Santiago Ortiz Lopes.

O SR. DIEGO SANTIAGO ORTIZ LOPES - Boa tarde a todos, boa tarde a Casa; é um prazer estar aqui como representante do Movimento. Agradecemos muito esse espaço à Beth, aos deputados, muito obrigado pelo convite; pela importância de se debater esse tema dos atingidos, sobretudo porque, para além do debate das barragens, o nosso debate é dos atingidos por barragens. E pensar como que, para além de pensar as questões de solução para segurança das barragens, vamos pensar a segurança da vida das pessoas, e do Meio Ambiente, que é atingido por essas barragens.

Então só para comentar um pouco alguns pontos; ao analisar o relatório, esse ano teve a elaboração do relatório por conta de Brumadinho, que foi muito importante para nós. Acho que é um instrumento importante para a gente diagnosticar a situação das barragens do estado de São Paulo; já entendemos que é um avanço por parte da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, de ter elaborado esse relatório com alguns limites, algumas ponderações, que a gente também vai fazer.

Eu acho que nós, analisando o relatório, ele já traz várias recomendações aos empreendedores, aos órgãos fiscalizadores, que inclusive, dentro da política, elas não são seguidas. Então nós vamos destacar um pouco primeiro quais são os pontos que o relatório traz, como recomendação, e que não são incorporados ainda; que eu acho que faz parte do nosso debate, e tentar trazer. O primeiro ponto é a elaboração dos planos de segurança e ação de emergência, que ainda não foram elaborados; eles precisam ser elaborados, e inclusive entregar aos órgãos de Defesa Civil esses planos.

Ainda existem muitos empreendimentos que não têm plano de segurança em barragens, e dentro deles, aqueles que precisam de planos de ação de emergência, e ainda não elaboraram também. E muito que elaboraram os planos, não levam isso para os órgãos

de defesa civil, existem 157 que ainda não entregaram; o segundo ponto é que ainda faltam informações, não sei se vocês viram um dado, que 50 têm risco alto, e dano potencial alto.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Diego, se você me permite, desculpa te interromper, esse relatório já foi realizado por quem?

O SR. DIEGO SANTIAGO ORTIZ LOPES - Foi o Governo do Estado de São Paulo, ele solicitou já no final, já no começo de fevereiro, logo depois de Brumadinho, foi solicitado para a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, para ser elaborado. E ele foi elaborado em 60 dias, foi feito um relatório bem interessante.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Só para passar isso, eu acho que é importante, até porque está sendo transmitido, e aos demais deputados; esse relatório que está aqui na mão do Ubiratã, e ele está disponível on-line, esse relatório, para quem quiser baixar depois. Para saber os encaminhamentos.

O SR. DIEGO SANTIAGO ORTIZ LOPES - Isso, muito bem, acho que ele tem, a gente acha que ele tem conclusões muito boas, embora a gente ache que a lei ainda tem alguns limites. Inclusive, apontar algumas questões, não é? Muitas barragens, sobretudo barragens de água para múltiplos usos, ainda não fornecerem informações; então por isso que eles são classificados como muito, dado o potencial alto, tendo um risco grande. A terceira, é que ainda existe uma necessidade de mapear, recuperar e reaproveitar barragens órfãs, e novas barragens.

Existem muitas barragens que ainda não são mapeadas, que elas não têm utilidade; e inclusive o Ministério Público solicitou que a população de área seja retirada, por causa de uma barragem órfã, que estava em risco; então nós não temos informação sobre elas.

O quarto ponto: necessidade de ampliar o quadro de funcionário que vistoriam e fiscalizam barragens, não existem funcionários suficientes, o relatório traz isso, sim, com uniformização da matriz de classificação de barragens.

Isso é uma sugestão do relatório também, porque muitas vezes um órgão utiliza um tipo, outro órgão outro, aí fica uma confusão grande de como que a gente acompanha. Como que passa aqui? Ah, muito bem, eu sou meio ruim para. A recomendação de instalação de novos equipamentos e tecnologias para fiscalizar, para acompanhar, para

transmitir dados. Nos estudos de inundação é importante que, nos planos, venham bem apontadas as zonas de autossalvamento, e salvamento secundário; nem todos os planos trazem isso muito claro.

O oito, incluir fenômenos externos com fatores de risco: ciclones, terremotos, explosões, não só apenas aqueles que estão ligados à atividade da própria barragem; que pode acontecer de alguém ir lá e jogar uma bomba na barragem, é um risco também, pode acontecer. Sobretudo, ameaça até de política, enfim. Nove: a necessidade de obter informações sobre descomissionamento e desativação de barragens; isso sobretudo ao caso da barragem de mineração.

Dentro da política, existem 23 barragens de mineração, e seis estão a montante; para quem não sabe, tem um decreto que não pode ter mais barragem a montante, um decreto nacional; portanto elas têm que ser desativadas. Mas não existe informação sobre como isso está sendo feito, como isso tem que ser feito no estado de São Paulo, e o relatório traz como necessidade de se estudar. Também se recomenda o estudo, e a ampliação, da melhoria de processos com rejeitos.

O como que, nessas barragens de mineração, como pode ser reaproveitado, inclusive envolvendo as universidades, centros de pesquisa; não existia alguma política de como tratar esse rejeitos; e, por último, a recomendação de realizar concursos públicos para contratar esse pessoal qualificado, para poder ser incorporado: fiscalização, vistoria. Tendo em vista que, muitas vezes, os órgãos fiscalizadores não têm engenheiros suficientes; inclusive, muitos engenheiros, eles não têm só a tarefa de segurança de barragens, têm muitas outras; então não conseguem fazer um trabalho focado na questão das barragens.

Muito bem, aí nós apontamos outras sugestões, limites do relatório, e da própria lei; a primeira, que eu acho que é importante destacar, que a legislação, a Lei de Segurança de Barragens, que instaura a política, ela é concebida na lógica de segurança do empreendimento, e não da população. Então, quando a gente analisa a política, vai entender, toda a recomendação ela é muito técnica, e ela não trabalha o que fazer, ou como abordar toda a política, com a população. Desde a construção da política, então como que os planos são construídos com a população, como que é dialogado, como é que é comunicado; até pensar os processos de reparação das pessoas que sofrem o risco em torno da barragem.

Desde a pessoa que já sofre o risco, como aquelas que, em caso de rompimento, o que fazer com essa população; como é o caso de Brumadinho e Mariana, que até hoje, no

caso de Mariana, faz quatro anos que nós temos o rompimento da barragem, e ainda não tem casas construídas para aquela população; justamente porque ainda não existe uma política clara dos atingidos por barragens, de como que reparar as condições de vida da população, certo. Dois: poucas barragens estão enquadradas na lei, cumprindo a Política, não é? Como vocês puderam ver, tem 7.447 barragens no Estado; mas, pela Política, só 202 se enquadram.

A questão é: qual é a recomendação para o resto das barragens? Existem mais de sete mil barragens que elas – não existe legislação que cobre delas –, elas só exigem a informação para o sistema de informação, mas não cobram nenhum tipo de processo de segurança naquelas barragens. Então, você pode ter uma barragem pequena na sua casa, no seu território; e você, simplesmente, não precisa apresentar nenhuma prestação de conta para a população, e para o Estado.

Então o que fazer com essas barragens? Nós achamos que temos que ampliar essa lei; inclusive, está tramitando uma lei para poder ampliar esse número de barragens, em nível nacional, com um deputado de Minas Gerais; para ver se amplia esse número. Nós achamos que todas elas deveriam ter algum tipo de plano. E prestação de conta para a população. O terceiro: as informações são fornecidas pelo próprio empreendedor, e isso faz o quê?

Quando é fornecida pelo próprio empreendedor, muitas vezes ele não fala todos os riscos, porque isso, sobretudo quando é barragem que gera lucro, isso impacta no lucro do empreendedor, não é? Então pode vir a impactar; a questão é como fazer com que as informações, de alguma forma, passem por uma fiscalização mais próxima da população. Não tem definição de como a população é envolvida na elaboração, e comunicação dos planos; em todos os lugares que nós acompanhamos, a população não sabe como lidar em caso de rompimento.

Mesmo aquelas que têm plano, a população não sabe o que fazer; tivemos em Americana uma audiência pública municipal lá, e nós perguntávamos: o que se faz em caso de rompimento? Por mais que elas digam que é seguro, e tal, mas o que fazer? A população sabe o que fazer, não é? Então isso demonstra como não é construída com a população a Política. Cinco: não tem a definição de prazo para entrega dos planos.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Um minuto.

O SR. DIEGO SANTIAGO ORTIZ LOPES - Sobretudo, no caso – um minuto, já?, nossa, rapidinho –, a elaboração dos planos é concentrada nas empresas. Já falamos da participação popular, na falta; não tem dados sobre a realização de simulados, atividades junto da população. Oito: a ausência de definições, a respeito da responsabilização criminal; o que fazer, no caso de um rompimento, como que se responsabilizam os empreendedores? Não existe isso na lei; o nove: ausência da definição da política de reparação das famílias.

Nós citamos isso, é o nosso foco. Também está tramitando no nível, no nível nacional, uma política nacional dos atingidos por barragens; nós achamos que o Estado também deveria discutir uma política estadual dos atingidos por barragens. Nós temos uma experiência no Rio Grande do Sul, no estado de Minas Gerais; e os deputados, é importante que esse debate venha à tona também, para discutir não apenas segurança da barragem, mas discutir o direito dos atingidos.

E isso, só para destacar isso, nós achamos que, para além da, só para concluir, para além do debate da segurança, o debate dos direitos dos atingidos. Como reparar as vidas das pessoas, como manter, como fazer com as pessoas que vivem em risco, elas não apenas tenham um plano segurança, mas também que tenham condições de vida digna em torno da barragem.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - O senhor precisa de quanto tempo a mais para concluir?

O SR. DIEGO SANTIAGO ORTIZ LOPES - E aí, para concluir, muito obrigado a todas e todos o espaço.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Vai precisar de mais para explicar?

O SR. DIEGO SANTIAGO ORTIZ LOPES - Não, para destacar, que esse ponto da política dos atingidos por barragens é importante para pensar; nós achamos que é importante, um avanço, que tenha um relatório, que exista uma lei; mas nós precisamos avançar, no sentido de garantir os direitos dos atingidos. Tanto daqueles que moram em torno da barragem, como aqueles que são atingidos por uma barragem, por conta de um rompimento.

A operação das barragens também oferece riscos, nós também temos uma experiência de lugares que são alagados; Franco da Rocha é um exemplo, com Cantareira. Então, a operação das barragens já é um problema para os atingidos, e nós achamos que é importante esse espaço, que os deputados estaduais podem discutir uma política no nível estadual também. Então, muito obrigado pelo convite, muito obrigado por esse espaço; e esperamos que o debate seja importante aqui, para a gente avançar nos direitos aos atingidos por barragens no Brasil.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Quero agradecer ao Diego Santiago Ortiz Lopes, e ao Ubiratã Dias; eu acho que, assim, antes de abrir o debate, e abrir a fala aos deputados, fica claro, nobres pares, que de fato faltam políticas; falta, efetivamente, legislação que regulamente. Normalmente, isso acontece depois de um grande acidente, e talvez fica uma grande provocação; fica claro, esse relatório não é do Movimento dos Atingidos por Barragens, mas é um relatório do governo estadual, que diz que não existe nenhum plano para, se houver um acidente, o que nós podemos fazer.

E que diz que falta legislação, e o Estado vem dizer que falta funcionário, e o Estado vem dizer que falta Estado. Então, eu acho que essa fala de vocês, ela fica como está registrado nos Anais da Casa, como uma denúncia. A sociedade civil veio aqui e disse o seguinte: “Vai dar problema, se vocês não agirem”; e a gente, se não agir, terá toda a culpa nisso; eu queria até fazer uma provocação, nós temos aqui um oficial do Corpo de Bombeiros, o Coronel Nishikawa, nós temos aqui um militar do Exército, com toda a sua experiência; nós temos aqui o Dr. Jorge, um grande advogado.

E nós temos aqui outros componentes desta Comissão, que assim, primeiro muito responsáveis; segundo, muito esclarecidos; e terceiro, com uma responsabilidade de ajudar a construir, a pensar. Eu penso Castello Branco, se você me permitir, a responsabilidade de nós irmos para cima do Estado, e cobrar o alvará de todas as escolas, todas as escolas; o alvará do Corpo de Bombeiros de todas as escolas. Porque, se uma delas pegar fogo, e nós, como membros desta Comissão, a responsabilidade é nossa; a culpa é sua, é minha, é nossa.

Eu acho que esta Casa, ela muitas vezes passa a mão na cabeça do Governo, quando ela deveria dizer o seguinte: “Governo, faça isso, tenha responsabilidade”. O nosso poder Legislativo, ele legisla e fiscaliza; nós não temos nem legislado, e muitas vezes nem fiscalizado; porque todos os Projetos de lei de deputados, aprovados nesta

Casa, obrigatoriamente o governador veta. E aí é uma outra briga para derrubar o veto; eu estou aqui há quatro anos, estou indo para o quinto ano, e é assim que se deu desde que eu cheguei.

Mas é assim desde que isso aqui foi montado; tem sido um puxadinho do governador, seja ele quem for, e eu não estou atacando o governo A ou B; estou dizendo a importância desta Casa é, sobretudo, de fiscalizar. Porque nós não podemos perder mais vidas, e dizer o seguinte: “Olha, um minuto de silêncio para cá, um minuto de silêncio pra lá”; mas o que você fez? O que a Assembleia fez? Então, eu queria, mais uma vez, Beth, eu sou seu fã por isso, você sempre à frente dos assuntos, da importância, por ter feito esse requerimento.

Requerimento que foi feito, e pasmem os senhores, há muito tempo; e a Comissão barrava, por que o Governo pedia vista; talvez porque o Governo conhecesse o seu relatório. E dizia, e o relatório vem dizer o seguinte: “Olha, nós que deveríamos fazer não fazemos, não temos gente, não fazemos concurso, e não fiscalizamos”; tem algumas barragens que eles não sabem nem o que é, foi dito aqui. Isso não foi dito por eles, foi lido o relatório, os pontos que foram destacados.

Então, eu, da minha parte, eu queria até ver depois se a gente topa, entre nós deputados, pensarmos algumas ações da Comissão; para que a gente possa, primeiro, chamar o pessoal que fez esse relatório, e dizer o seguinte: “Está aí, qual é a proposta?”. A secretaria que fez esse relatório, e é a responsável, é a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente; o secretário é o Marcos Penido, e o Marcos Penido, obrigatoriamente, tem que, uma vez por ano, duas vezes por ano, vir prestar esclarecimentos a esta Comissão.

Então, nós podíamos convidar o secretário Marcos Penido para dizer o seguinte: “Olha, isso foi o que vocês detectaram; e quais são as providências”, não é? E chamarmos o Ministério Público do Estado, para participar junto conosco, para entender, e ver se eles vão officiar, deputada Beth; para saber se o Ministério Público tem esse relatório, e se ele vem acompanhando o cumprimento desse relatório. E aí eu tenho certeza do seguinte: nós vamos estar fazendo, talvez, a nossa função; e defendendo para que ninguém mais seja atingido por barragens.

Quem sabe a gente vai dizer para o MAB o seguinte: “Olha, vocês não precisam mais existir, porque ninguém mais vai ser atingido por barragens”; então eu queria cumprimentá-los, e abro a palavra, se algum deputado quiser se pronunciar.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Com a palavra, deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Bem, eu queria cumprimentar o Ubiratã e o Diego pela apresentação deles; na verdade, eles fizeram uma breve síntese talvez aqui, apontando aspectos que são muito graves, daquilo que vocês trazem. E eu tenho algumas observações a fazer, com base nisso que vocês apresentaram rapidamente; eu acho que isso tinha que ser destrinchado, na verdade, a gente deveria fazer uma discussão mais profunda sobre esse relatório, porque ele apresenta a verdadeira inoperância também.

O Estado, é o Estado endossando que ele não tem capacidade, nem competência, para fazer aquilo que precisa ser feito; aquilo que é de responsabilidade dele: estabelecer uma política de segurança, que ele não faz; fazer o processo de fiscalização, que ele não faz. Quer dizer, vocês aprontaram aí que tem a perspectiva de se construir 637 novas hidrelétricas, meu Deus, aí nós vamos trombar hidrelétricas nesse estado aqui; apesar de ele ser um Estado grande, mas é bastante, além daquelas sete mil e tantas, 400 e tantas que vocês aprontam, embora não sejam todas hidrelétricas.

Qualquer represamento de água, pelo que eu entendi, é considerado uma barragem; mas quando se mostra aquela foto aérea da cidade de Pedreira, e a barragem tão próxima ali, sinceramente, se eu morasse lá eu iria arrumar as minhas malas e ir embora, e dar um jeito de ir embora. Infelizmente, a população não pode sair, porque ela tem os seus compromissos, suas responsabilidades; ela depende das autoridades, para que essas autoridades possam tomar as precauções, e as medidas necessárias.

O que não vem ocorrendo, por que o próprio Estado fala o seguinte: “Olha, nós não sabemos direito o que fazer; nós não temos pessoal, nós não temos um concurso aberto, a fiscalização que tem é insuficiente para cobrir tudo isso”. Então, como é que a gente faz? Nós vamos deixar a população tão vulnerabilizada nisso? O Luiz Fernando estava me dizendo que se romper, por exemplo, que vocês mostraram ali, a Billings, inunda Santos; varre Santos e Cubatão.

E vocês reafirmaram isso durante a apresentação de vocês. Quer dizer, como é que a gente, nós não podemos mais conviver com o imprevisto, não podemos mais conviver com aquilo que vai acontecer, e depois nós vamos tomar as medidas cabíveis, não dá. Tem que fazer um projeto, acho que tem que pensar, na verdade, uma política estadual de

cuidados, prevenção; as verdadeiras necessidades dessas construções, se elas são de fato necessárias.

Num momento onde nós estamos buscando alternativas energéticas, que sejam um pouco diferentes, que não agridam a natureza, que não agridam a vida, não mexam tanto com a vida das pessoas, não as expulse do lugar onde elas são de origem, do seu habitat natural; e aí vem uma proposta dessas? Quer dizer, eu fico pensando: vocês já, se o MAB já fez alguma inserção junto ao Ministério Público? Que eu acho isso importantíssimo; porque o Ministério Público, sobretudo na área do Meio Ambiente, tem que ter instrumentos para poder impedir esse avanço desnecessário. E não só impedir o avanço desnecessário, mas exigir do Governo do Estado um procedimento, um prazo razoável, para que ele possa executar as ações que tem que ser executadas.

Me parece, outro dia eu estava discutindo com o pessoal da população em situação de rua, da qual eu sou, nós criamos uma subcomissão, lá na Comissão de Direitos Humanos; e o Governo do Estado parece que não assina o TAC, que é o Termo de Ajustamento de Conduta; que as prefeituras municipais sempre, frequentemente, são obrigadas a fazer junto ao Ministério Público. Quer dizer, está faltando uma creche na cidade, vai lá o promotor e fala ao prefeito: “Escuta, você tem aqui seis meses para construir essa creche; você se vira, se você tiver dinheiro, se não tiver dinheiro você vai buscar, você vai emprestar, você vai tirar de outro lugar; mas você tem que construir a creche, você tem que colocar as crianças dentro da creche”.

E eu fico me perguntando: nessa questão das barragens, não tem uma forma de você ter um TAC, para poder obrigar o Governo, através da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos etc.; para poder fazer aquilo que tem que ser feito? Estabelecendo o prazo? Ninguém vai dizer para o Governo: “Olha, você tem que fazer daqui uma semana”, mas das 202 barragens que vocês aprontaram, 165 vocês disseram que podem, que têm riscos, e riscos graves para a população.

Então, vamos pegar essas 165, e começar a trabalhar nelas por uma ordem de prioridade, por uma ordem de risco. Então, eu penso que essa apresentação tem que estimular essas ações, mas de uma forma concreta; não é só nós virmos aqui e fazermos o debate, e depois viramos as costas, e esquecermos das barragens, dos riscos que elas representam para a população, não podemos fazer isso.

Por isso que eu acho que, e audiência talvez nem sei, há momentos que eu acho que as audiências são importantes, mas nem sempre eu acho que elas são efetivas; às vezes eu acho que é melhor já passar essa etapa, pular essa etapa, e ir para uma outra. Do

tipo fazer uma audiência, isso, sim, no Ministério Público, naquela área que cuida especialmente dessa questão ambiental; e com corte nas barragens do estado de São Paulo. Aí, sim, levar uma representação, e provocar o Ministério Público, para que ele possa, também, cobrar do Governo do Estado.

Eu acho que a Assembleia tem esse papel; só que nós não temos a celeridade que nós gostaríamos de ter, não é? Porque como disse o Luiz Fernando, presidente desta Comissão, muitas vezes um projeto nosso leva anos para ser deliberado, e aprovado. Então eu não sei, eu acho que ter essa quantidade de barragens sem um plano de segurança, os órgãos fiscalizadores caindo pela tabela, os prazos alongados, há uma inércia de atuação por parte dos órgãos competentes, em especial o Governo do Estado.

É esperar, ficar contemplando para que uma tragédia ocorra, e não demore muito para ocorrer; e aí eu quero saber quem serão os responsabilizados por isso. Portanto, eu penso que a gente tem que ter uma atitude preventiva, de precaução; mas com a celeridade que a gravidade da situação exige. E ela exige de nós uma medida muito dura, e de cobrar mesmo, de uma forma bastante rigorosa, que haja um procedimento grande, amplo, intenso, e efetivo sobre essa questão.

Eu não tenho muito mais o que falar, porque acho que vocês têm um domínio muito maior do que o nosso; mas trazem para nós uma informação, informações que são importantíssimas, e que, diante disso, nós também não podemos ficar inertes, e temos que tomar as medidas que nos competem. Como deputados, como parlamentares.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT -
Obrigado, deputada Beth Sahnão.

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Com a palavra, Dr. Jorge.

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - Muito mais para reforçar, reiterar, e parabenizar aqui os dois membros aqui do Movimento, Ubiratã e o Diego; e dizer que, depois que vimos uma síntese aí do relatório, a gente fica mais preocupada do que chegamos, não é? E na verdade o que a Beth falou é muito importante; a gente vê a inércia dos governantes, a inércia da secretaria, que deveria cuidar, que deveria se

preocupar com isso. E como disse o presidente: falta o Estado agir, falta também a Assembleia fiscalizar; então é por isso que nós estamos aqui reunidos, e esta Comissão não vai simplesmente ouvir vocês e não tomar nenhuma providência, não encaminhar.

É necessário que façamos alguns encaminhamentos, porque não dá para se ver acontecer de novo aquilo que a gente já vimos tragicamente. Na verdade o quê falta, presidente, é o Estado de respeito; aquele tão propalado Estado de respeito que o governador fala; isso está faltando nesse caso aqui, e em outros tantos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Bom, não é regimental, mas uma pessoa do público pediu, e a gente vai abrir; você queria falar alguma coisa?

A SRA. - Na Casa já existe uma Frente Parlamentar que trabalha com as questões de energia, questões de barragem, recursos hídricos e saneamento; a Frente já está embrionária, mas está começando a discutir essas questões aqui levantadas, de trabalharmos um Projeto de lei, ou uma política estadual, dos atingidos e dos possíveis acidentes nos barramentos. Nós fizemos uma audiência pública, no município de Pedreira; que é um caso muito típico, ali a barragem, se ela romper, em três a cinco minutos ela atinge o centro, ela atinge todo o Município.

A população se mobilizou, a população entrou com ação, a deputada Márcia Lia, que é a coordenadora da Frente Parlamentar, visitou o Dr. Smanio; e levou lá um documento que o pessoal do MAB, o Vicente Andreu, que é o ex-presidente da Agência Nacional de Águas, nos ajudou a redigir. Então, a gente está atacando nessas frentes; vamos, no ano que vem, ter um planejamento de fazer algumas audiências públicas em alguns municípios, onde há um risco alto de acidentes, se assim podemos chamar nas barragens.

E acho que aqui, no nome da deputada, queria chamar todos os membros da Comissão, que pudessem ou junto ou pela Frente, estar nessa luta também, que a gente vai travar aí pelo interior.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Legal, eu queria te agradecer; e assim, eu queria, eu acho que nós temos aqui, diante de tais informações, eu acho que todos nós sabemos agora que existe um relatório já concluído. Todos nós sabemos do que o relatório aponta, o que eu queria ver? Eu vou fazer um

convite ao secretário; óbvio que eu vou passar como requerimento aqui, para a gente convidar o secretário para vir exclusivamente falar sobre esse relatório para gente.

E, depois de ouvi-lo, se nós entendermos importante, irmos ao Ministério Público, convidar o MAB; para ir discutir não a barragem, que foi discutida, mas sobretudo esse relatório. Se eles vêm acompanhando, aí nós não vamos lá para denunciar, a denúncia está feita; nós vamos cobrar, se houver essa necessidade, do Ministério Público, quais são os acompanhamentos que eles vêm fazendo, e as providências que eles vêm cobrando? Algum deputado mais gostaria? Deputado Castello Branco?

O SR. CASTELLO BRANCO - PSL - Gostaria de destacar, eu venho da área de prevenção de acidentes; no Exército eu fiz o curso de investigação e análise de prevenção de acidentes. Aliás, a gente faz na Força Aérea, lá no Cenipa em Brasília; seis meses, é um dos melhores cursos que eu fiz. E eu fiquei, confesso, surpreso com a explanação de vocês, pelo nível técnico; podia ter sido até mais profundo, se tivesse dado tempo. Eu os parabeneço, e também confesso que fiquei surpreso em descobrir que o Estado mais rico da Federação, o mais populoso, não tem essas políticas de segurança e prevenção de acidentes, não tem, simplesmente.

Ou seja, isso por si só já bastaria para justificar a nossa Comissão neste ano; e parabenizar, de novo, as pessoas que provocaram esse tema, que acho que é bastante atual. Eu comentava com o Coronel Nishikawa que o assunto é premente, e todas as iniciativas que forem tomadas nesse sentido são muito positivas. E ponho na minha disposição, e a do Coronel Nishikawa aqui, como técnicos que fomos de ações preventivas, ações corretivas, diagnósticos e principalmente concordo com o Diego; e principalmente ali com Ubiratã, o Diego que foi mais enfático, nas seguranças da população.

Caso ocorra, quais são os seguros que se teriam, e quais as compensações que essa população teria por estarem em área de risco? Esse talvez seja um dos pilares da conversa aqui. É só isso, muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Bom, quero agradecer aos representantes do MAB, representar, agradecer ao Dr. Jorge, Coronel Nishikawa, ao deputado Castello Branco e os demais deputados que estiveram aqui.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

* * *

Verba Editorial Ltda.

- É encerrada a reunião.

* * *